

Termo de Referência 100/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
100/2025	985725-MES-PREFEITURA MUNICIPAL SANTA MARIA JETIBÁ	MARCIO BINOW DA SILVA	08/07/2025 09:04 (v 8.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		2025-BQRJH

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de fretamento de veículos com motorista, para transporte de estudantes dos níveis técnico e superior residentes no município de Santa Maria de Jetibá, com destino ao IFES – Campus Centro Serrano, localizado no próprio município, bem como a demais instituições de ensino situadas nos municípios de Santa Teresa, Vila Velha e Vitória.
- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A contratação de empresa especializada em transporte coletivo é essencial para garantir o acesso dos estudantes residentes no município de Santa Maria de Jetibá às instituições de ensino técnico, profissionalizante e de nível superior localizadas neste município e nos municípios de Santa Teresa, Vitória e Vila Velha.

Esse serviço é fundamental para assegurar o direito à educação, promover a permanência dos estudantes em seus cursos e ampliar o acesso ao ensino técnico e superior. A implementação deste serviço reforça o compromisso da Administração Pública com a gestão eficiente dos recursos públicos e com o fortalecimento das políticas educacionais do município.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução adotada consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de fretamento de veículos, com motorista, com a finalidade de realizar o transporte regular de estudantes dos níveis técnico e superior residentes no município de Santa Maria de Jetibá. Os destinos incluem o IFES – Campus Centro Serrano, localizado no próprio município, e instituições de ensino situadas nos municípios de Santa Teresa, Vila Velha e Vitória.

3.2. A prestação do serviço se dará de forma diária, conforme as rotas, horários, veículos e itinerários previstos na Tabela de Rotas constante no Anexo deste Termo de Referência, com base na demanda diária de estudantes devidamente cadastrados e autorizados a utilizar o transporte, de acordo com os dias letivos das instituições de ensino. A empresa contratada será responsável por disponibilizar os veículos, bem como os motoristas habilitados, além de assegurar as condições de segurança, conforto e regularidade no atendimento.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Requisitos Essenciais:

4.1.1. Duração do contrato: O contrato terá vigência inicial de 12 meses, podendo ter sua vigência estendida até o limite legal permitido pela lei 14.133/2021.

4.1.2. Combustível: O combustível deve estar incluso no valor do fretamento.

4.1.3. Rotas: As rotas estão definidas de acordo com a Tabela Rotas anexada a este termo de referência.

4.1.4. Horários: Os horários serão definidos de acordo com a descrição de cada item na tabela no Anexo deste termo de referência.

4.1.5. Motoristas: O serviço deve incluir o motorista profissional habilitado para cada veículo. Os motoristas devem possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) na categoria adequada, conhecimento das rotas e locais de atendimento.

4.1.6 Manutenção: A empresa contratada deve garantir a manutenção preventiva e corretiva dos veículos, assegurando que estejam sempre em perfeitas condições de funcionamento.

4.1.7. Seguro: A empresa deve contratar seguro de responsabilidade civil, com cobertura contra danos pessoais e materiais a terceiros e aos passageiros transportados, durante toda a vigência contratual.

4.1.8. Documentação: A empresa contratada deve apresentar toda a documentação exigida pela legislação, como alvará de funcionamento, registro junto aos órgãos competentes, autorização para transporte de passageiros e outros documentos exigidos no Termo de Referência.

4.1.9. Veículos: Os veículos utilizados deverão atender aos seguintes requisitos:

- a) Estar devidamente registrados, licenciados, segurados, vistoriados e autorizados para transporte coletivo de passageiros, conforme exigências dos órgãos competentes (DETRAN/ES e CETURB/ES);
- b) Observar o ano de fabricação mínimo, conforme especificado na Tabela de Rotas anexada a este termo de referência;
- c) Estar em perfeitas condições de funcionamento, com manutenção preventiva e corretiva realizada pela contratada ao longo de toda a vigência contratual.

4.1.10. Capacitação dos motoristas: Os motoristas deverão possuir curso válido para transporte coletivo de passageiros, conforme exigido pela legislação vigente.

4.1.11. Acessibilidade: Considerando que atualmente não há estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida cadastrados no serviço de transporte universitário municipal, não será exigida, nesta contratação, veículos adaptados para acessibilidade.

Caso haja a identificação futura de usuários com essas necessidades, a Administração poderá avaliar a necessidade de adequações ou contratação complementar, conforme a legislação vigente e a disponibilidade orçamentária.

4.2. Sustentabilidade: A execução do serviço deverá observar, sempre que possível, práticas que minimizem os impactos ambientais, como a manutenção preventiva dos veículos, controle da emissão de gases e respeito às normas ambientais vigentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto ocorrerá **na data de assinatura do contrato**

5.1.2. A realização dos serviços seguirá os dias letivos definidos nos calendários acadêmicos das instituições de ensino atendidas.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. A demanda de transporte dos estudantes será atendida conforme os dias letivos estabelecidos nos calendários acadêmicos das instituições de ensino atendidas, com saídas e retornos programados de acordo com os turnos (matutino, vespertino ou noturno), constante no Anexo deste Termo de Referência.

5.3. As rotas compreendem os deslocamentos entre a **sede do município de Santa Maria de Jetibá** e os municípios de Vitória, Vila Velha, Santa Teresa e o IFES - Campus Centro Serrano.

5.4. Os horários específicos de cada trajeto estão detalhados no Anexo deste Termo de Referência, podendo ser ajustados mediante solicitação da Administração Municipal. Os retornos ocorrerão após o término das aulas.

Rotinas a serem cumpridas

5.5. A execução contratual observará as rotinas:

- a) Os veículos deverão estar nos pontos de embarque previamente definidos com pelo menos 10 minutos de antecedência;

- b) Cabe ao motorista verificar no momento do embarque se os estudantes estão portando a autorização de uso do transporte emitida pela Prefeitura;
- c) O controle de frequência diária será feito por meio de planilha assinada por três estudantes (no mínimo) e entregue mensalmente a Secretaria de Educação, com prazo 05 dias úteis após o fechamento do mês.

5.6. Substituição emergencial de veículos:

5.6.1. Em caso de falha mecânica, acidente, pane ou qualquer outro imprevisto que impossibilite o funcionamento regular do veículo designado para o transporte, a empresa contratada deverá providenciar a substituição imediata do veículo, de forma a garantir a continuidade do serviço no mesmo dia e horário previstos.

5.6.2. O veículo de substituição deverá possuir as mesmas condições técnicas e de conforto previstas neste Termo de Referência, respeitando a capacidade mínima de passageiros, idade máxima permitida, e demais especificações exigidas.

5.6.3. Em caráter excepcional, mediante autorização prévia da fiscalização do contrato, a empresa contratada poderá realizar a substituição **emergencial** de veículo por meio de empresa subcontratada, desde que:

- a) A subcontratada atenda a todos os requisitos técnicos, legais e operacionais exigidos neste Termo de Referência, inclusive quanto à idade máxima dos veículos, capacidade mínima, vistoria, seguro e qualificação dos motoristas;
- b) Seja mantida a responsabilidade integral da contratada original, não havendo transferência de obrigações perante a Administração.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.7. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- 5.7.1. Estimativa de aproximadamente 400 estudantes atendidos, divididos entre as rotas: IFES - Campus Centro Serrano, Santa Teresa, Vitória e Vila Velha, sendo que a frequência de uso do transporte varia conforme o regime dos cursos, com parte dos estudantes matriculados em modalidades semipresenciais;
- 5.7.2. Prestação do serviço em dias letivos regulares, com base nos calendários das instituições de ensino atendidas;
- 5.7.3. A operação do serviço deverá contemplar diferentes turnos (matutino, vespertino e noturno), conforme detalhado no Anexo deste Termo de Referência.

Especificação da garantia do serviço

5.7. O prazo de garantia contratual observará as disposições aplicáveis da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações pertinentes, conforme a natureza do serviço.

5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133 de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato deverá comunicar, em tempo hábil, ao gestor do contrato sobre a proximidade do término da vigência contratual, a fim de possibilitar a adoção das providências necessárias para eventual renovação, prorrogação ou nova contratação. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. O fornecimento do serviço deste Termo de Referência deverá ser executado pela empresa conforme Autorização de Fornecimento com suas respectivas quantidades informadas.

7.2. O fornecimento do serviço deste Termo de Referência será realizado de forma **PARCELADA**, de acordo com a necessidade da Secretaria e em conformidade com calendário escolar anual das instituições atendidas.

7.3. O início da execução do serviço poderá ocorrer na data da emissão da Autorização de Fornecimento ou em data posterior, conforme agendamento prévio com a empresa contratada e em conformidade com o calendário letivo das instituições atendidas.

7.4. O(s) serviço(s) deverá(ão) ser aceito(s), da seguinte forma:

a) Provisoriamente, no prazo de 01 (um) dia útil, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato/Ata, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, podendo ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

b) Definitivamente, 10 (dez) dias após verificação de qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação pelo requisitante.

c) Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.5. As decisões e providências que extrapolarem a competência dos fiscais do contrato deverão ser imediatamente comunicadas ao gestor do contrato, que adotará as medidas cabíveis ou, se necessário, encaminhará a questão à autoridade competente da unidade requisitante para deliberação.

7.6. A execução do objeto deverá obedecer rigorosamente à descrição e quantidades.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7.8. O servidor ou a comissão poderá solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas no serviço, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contado a partir do recebimento daqueles que forem devolvidos, sem prejuízo para o disposto nos artigos 441 a 446 do Código Civil de 2002.

7.9. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada /fornecedor, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10. O recebimento do serviço estará condicionado à observância de suas especificações de acordo com o Estudo Técnico Preliminar e com o presente Termo de Referência, cabendo a respectiva verificação.

7.11. Em caso de NÃO atendimento as especificações previstas, a Secretaria notificará a contratada para que adote as providências cabíveis.

7.12. A recusa do serviço não justificará atraso no prazo de execução previsto no contrato.

7.13. Não será aceita execução do serviço após a vigência do contrato.

Liquidação da Despesa

8.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.3.1. o prazo de validade;

8.3.2. a data da emissão;

8.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.3.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.3.5. o valor a pagar; e

8.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar os órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à

inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Pagamento

9.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

9.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

9.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

9.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência por escrito;

8.2.2. Multa de mora de até 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia útil de atraso ou interrupção injustificada na execução do serviço, aplicada sobre o valor mensal do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias.

8.2.3. Multa cominatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, depois de esgotado o prazo fixado no subitem anterior;

8.2.4. Suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração por prazo de 05 (cinco) anos;

8.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM, com base no valor por quilômetro rodado para cada rota e tipo de veículo, conforme a Tabela de Rotas anexada a este termo de referência;

9.2. O fornecimento do serviço será parcelado.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.3.1 Habilitação jurídica.

Documentos para habilitação:

- a) Cédula de Identidade e CPF do sócio administrador da empresa;
- b) Ato constitutivo registrado no órgão competente, e suas alterações, quando este não estiver consolidado;
- c) Inscrição no CNPJ, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- d) Prova de inscrição estadual, se houver relativa, ao domicílio ou sede da empresa;
- e) Prova de inscrição Municipal, relativa ao domicílio ou sede da empresa;
- f) Atestado de capacidade técnica, emitido por órgão público ou empresa privada;
- g) Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais (as empresas criadas no exercício ficaram autorizadas a substituir s demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura);
- h) Demonstrativos de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral(SG) e liquidez corrente (LC), superiores a 1(um), em ambos os exercícios, apurados pelas fórmulas abaixo, cujo cálculo deverá ser demonstrado em documento próprio, devidamente assinado pelo representante legal da empresa e por profissional da área contábil. As empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 1(um), em qualquer dos índices acima deverão comprovar ou capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10%(dez por cento) do valor estimado;

Liquidez Geral: o resultado deverá ser superior a 1,00

$$LG = \frac{(\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO})}{(\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE})}$$

Solvência Geral: o resultado deverá ser superior a 1,00

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{(\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE})}$$

Liquidez Corrente: o resultado deverá ser superior a 1,00

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

- i) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa ativa da união;
- j) Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Estadual (ICMS), relativo ao domicílio ou sede da empresa;
- k) Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS), relativa ao domicílio ou sede da empresa;

l) Certidão de regularidade do FGTS-CRF;

m) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

n) Certidão Negativa de pedido de falência ou concordata (será considerado a validade de 60 dias a partir da data de sua expedição quando a mesma não estiver expressa no corpo da certidão).

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de 2.045.816,67 (dois milhões, quarenta e cinco mil, oitocentos e dezesseis reais e sessenta e sete centavos).

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

1. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

**Ficha/Fonte: 052/150000000001 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-
PESSOA JURIDICA**

9.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após a aprovação de Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas e, favor da ampliação da disputa e o princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da lei nº 14.133/2021, com suas posteriores alterações e legislação correlatas.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

Este anexo não se aplica à presente contratação, tendo em vista que será celebrado contrato formal nos termos dos artigos 89 a 94 da Lei nº 14.133/2021

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Este anexo não se aplica à presente contratação, que será formalizada por contrato administrativo nos termos dos arts. 89 a 94 da Lei nº 14.133/2021

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VINICIUS HENRIQUE PINHO RUDIO

Secretário de Administração

MARCIO BINOW DA SILVA
Gerente Universitário

2025-D269FJ - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 09/07/2025 14:35 PÁGINA 15 / 18

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO- TABELA DE ROTAS.pdf (59.92 KB)

TABELA DE ROTAS

Item	Descrição	Dias (estimativo)	Km diário	Km total (estimativo)
100250	Veículo tipo Ônibus Rodoviário com capacidade mínima para 42 lugares, com banheiro, poltronas reclináveis e ar condicionado, ano de fabricação a partir de 2014, para atender o seguinte trajeto:	50	190	9,500
	Santa Maria de Jetibá x Santa Leopoldina x Vitória.			
	Para atendimento ao Curso Técnico ministrado aos Sábados. (Saída a partir das 5:00 horas e retorno após o término das aulas)			
100251	Veículo tipo Ônibus Rodoviário com capacidade mínima para 42 lugares, com banheiro, poltronas reclináveis e ar condicionado, ano de fabricação a partir de 2014, para atender o seguinte trajeto:	200	190	38,000
	Santa Maria de Jetibá x Santa Leopoldina x Vitória			
	(Noturno - saída a partir das 15:00 horas)			
100252	Veículo tipo Ônibus Rodoviário com capacidade mínima para 42 lugares, com banheiro, poltronas reclináveis e ar condicionado, ano de fabricação a partir de 2014, para atender o seguinte trajeto:	200	205	41,000
	Santa Maria de Jetibá x Santa Leopoldina x Vitória x Vila Velha			
	(Noturno - saída a partir das 15:00 horas)			
100253	Veículo tipo Micro-Ônibus Rodoviário com capacidade mínima para 28 lugares, com poltronas reclináveis e ar condicionado, ano de fabricação a partir de 2014, para atender o seguinte trajeto (quando necessário):	100	210	21,000
	Santa Maria de Jetibá x Santa Leopoldina x Vitória x Vila Velha (VEÍCULO DE APOIO - conforme necessidade)			
	(Noturno - saída a partir das 15:00 horas)			
100254	Veículo tipo Micro-Ônibus Rodoviário com capacidade mínima para 28 lugares, com poltronas reclináveis e ar condicionado, ano de fabricação a partir de 2014, para atender o seguinte trajeto:	180	180	32,400
	Santa Maria de Jetibá x Santa Teresa x ESFA.			
	(Matutino - Saída a partir de 06:00h e Vespertino - Saída a partir de 12:00h - com 02 viagens vazias)			
100255	Veículo tipo Ônibus Urbano com capacidade mínima para 48 lugares , ano de fabricação a partir de 2011, para atender o seguinte trajeto:	150	56	8,400
	São Luis (Posto Manancial) x Centro SMJ x Caramuru x IFES Centro-Serrano			
	(Noturno)			
100256	Veículo tipo Van com ar condicionado, capacidade mínima para 17 lugares, ano de fabricação a partir de 2011, para atender o seguinte trajeto:	100	52	5,200
	Centro SMJ x Caramuru x IFES Centro-Serrano (VEÍCULO DE APOIO - conforme necessidade)			
	(Noturno)			

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

MÁRCIO BINOW DA SILVA

GERENTE

GA - SECEDU - PMSMJ

assinado em 09/07/2025 14:35:49 -03:00

VINICIUS HENRIQUE PINHO RUDIO

SECRETARIO

GAD - SECADM - PMSMJ

assinado em 09/07/2025 14:20:02 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 09/07/2025 14:35:49 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)

por MÁRCIO BINOW DA SILVA (GERENTE - GA - SECEDU - PMSMJ)

Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-D269FJ>